



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2014. (Do Sr. Mandetta)

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize a aquisição de medicamentos feitas pelo Ministério da Saúde com a Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen Química Ltda.

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 100, § 1º, 60, incisos I e II e 61 do Regimento Interno desta Casa, proponho a V. Exª que, ouvido o Plenário desta comissão, se digne a adotar as medidas necessárias para realizar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização e controle acerca da aquisição de medicamentos celebrada entre o Ministério da Saúde e Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen Química Ltda

J U S T I F I C A T I V A

Atualmente, a Polícia Federal investiga em seis estados e no Distrito Federal um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que teria movimentado cerca de R\$10 bilhões de reais. Deflagrada como “Operação Lava-Jato” a investigação teve início em meados de 2013 e recentemente levantou suspeita de ações das quadrilhas no Ministério da Saúde.



CAMARA DOS DEPUTADOS

Segundo informações concedidas à Polícia Federal pelo empresário Leonardo Meirelles, dono da Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen Química Ltda. - laboratório de produtos farmacêuticos -, o doleiro Alberto Youssef, maior alvo da operação, “fazia contatos políticos para viabilizar reuniões entre representantes da empresa e o Ministério da Saúde.” ¹. Ainda segundo Meirelles, Youssef é dono da Quality Holding Investimentos e Participações e firmou uma promessa de aquisição da Labogen, abarcando 80% (oitenta por cento) das ações da empresa, mesmo esta indústria tendo informado ter um passivo de R\$ 24 milhões (vinte e quatro milhões de reais).

Somado a isso, relatório presente nos documentos da Operação Lava-Jato, divulgados pelo jornal Folha de São Paulo², mostra conversas de Youssef com o deputado federal e Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), que discutiam assunto do Ministério da Saúde relacionado à empresa Labogen. Teriam citado o nome de Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério, quando Vargas teria garantido a Youssef ajuda de Gadelha em um caso não especificado nas transcrições.

Essas e outras informações tem levado a Polícia Federal a suspeitar que a Labogen foi usada de “laranja” pelo doleiro Youssef, para que outra empresa assumisse o acordo, fechado em dezembro de 2013, sob amparo de uma Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP), criada no Ministério da Saúde, que previa a produção de medicamentos para tratamento de hipertensão pulmonar.

A empresa Labogen conseguiu um financiamento em dezembro último, para produzir 35mi (trinta e cinco milhões) de comprimidos de cloridrato de sildenafila por ano, usados no tratamento de hipertensão pulmonar, por um custo de R\$ 31mi (trinta e um milhões de reais) que seriam pagos em cinco anos, mediante a entrega dos medicamentos. Ao tomar conhecimento das suspeitas da Polícia Federal, o Ministério da Saúde suspendeu a parceria, no último dia 26 de março.

Contudo, apesar da suspensão do acordo, o artigo 49 da Constituição Federal estabelece em seu inciso X, o dever de fiscalização dos atos do Poder Executivo por este Congresso Nacional. Trata-se de atribuição constitucional, da qual

¹ Site do Jornal Estadão: <http://blogs.estadao.com.br/fausto-macedo/alvo-da-lava-jato-diz-que-doleiro-fazia-contatos-politicos-no-ministerio-da-saude/>. Acesso em 07 abr 2014.

² Site do jornal Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1433952-vice-da-camara-viajou-em-aviao-emprestado-por-doleiro-presos.shtml>. Acesso em 07 abr 2014.



CAMARA DOS DEPUTADOS

esta Casa não pode abdicar. Inclusive por se fazer necessário a apuração de todas essas denúncias, assim como a punição e o afastamento dos possíveis culpados.

Diante do exposto é que peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, em 7 de abril de 2014.

Deputado MANDETTA
Democratas/MS